

Periferia dribla crise financeira

(Rosa Falcão)

A população das periferias das maiores cidades brasileiras sofreram menos os efeitos da crise econômica no bolso. A redução da pobreza foi puxada pelo ganho real do salário mínimo, cujos efeitos rebatem no piso das aposentadorias e pensões e pelas transferências públicas de renda. A periferia do Recife está em segundo lugar no ranking nacional com participação de 26,73% dos recursos do programa Bolsa Família em todos os tipos de rendimentos da população. Entre as seis maiores metrópoles do país, a capital pernambucana registrou a menor taxa de redução da pobreza (- 36,4%) entre 2003 e 2008 e tem 42,89% dos habitantes concentrados na classe E, maior índice do Nordeste.

A dona de casa Shirlene Gomes do Nascimento tem 31 anos e quatro filhos: Tiago (13 anos), Raissa (7 anos), Jéssica (5 anos) e Jorge Henrique (2 anos). Mora na periferia do Recife e recebe por mês R\$ 134 do Bolsa Família. "Ouvi por alto falar de crise na televisão. Sei que algumas coisas subiram de preço, mas não sei é por causa da crise", diz. Além da renda do programa, o pai das crianças ajuda nas despesas de casa. Shirlene também faz "bicos" de vez em quando. "Se fosse somente o dinheiro da bolsa não dava para tudo", reconhece. Mesmo com a crise, ela comprou uma televisão no crediário o ano passado e faz planos para este ano: uma mesa e o micro-ondas.

O impacto da crise financeira - que pipocou no país no último trimestre do ano - na renda da população é retratado no "Atlas do Bolso do Brasileiro" divulgado pelo Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas, com dados da Pnad do IBGE. Coordenador do estudo, o professor Marcelo Néri, aponta que no período pós-crise as cinco das seis maiores periferias das grandes metrópoles passaram por um up grade (melhora) nas estatísticas de renda e se saíram melhor do que as capitais.

Segundo Néri, ao cruzar os dados das cinco regiões do país e das capitais com as periferias, observa-se que as classes sociais menos favorecidas foram menos afetadas pela crise. Ele cita como amortecedores as diversas rendas do trabalho puxado pelo aumento do salário mínimo, além da expansão das transferências públicas, incluindo os recursos do Bolsa Família e do seguro desemprego.

Esse movimento é marcante nas regiões Norte e Nordeste e nas periferias das capitais nordestinas, onde a concentração dos rendimentos da população está nas bolsas, aposentadorias e pensões no valor do salário mínimo. Na periferia do Recife, por exemplo, os benefícios do INSS no valor do piso ocupam o segundo lugar no ranking nacional com 26,73% de participação na renda da população. São pessoas como Antônio Mendes, aposentado por invalidez, que sobrevive da renda de R\$ 465 da aposentadoria. "A crise não mudou nada a minha vida. As coisas subiram um pouco, mas a gente se aperta e paga", se conforma.